

# BJIR

## Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 1 | 2017

*Política externa brasileira nos governos  
FHC, Lula e Dilma: efeitos na balança  
comercial e no produto interno bruto  
brasileiro*

Francisco Américo Cassano, Diogo Holanda Camelo,  
Felipe Panta Padilha, Mateus Marchiori Pereira,  
Matheus Dias do Prado, Vinícius Fino Machado



A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

# **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS FHC, LULA e DILMA: EFEITOS NA BALANÇA COMERCIAL E NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO**

Francisco Américo Cassano<sup>1</sup>  
Diogo Holanda Camelo<sup>2</sup>  
Felipe Panta Padilha<sup>3</sup>  
Mateus Marchiori Pereira<sup>4</sup>  
Matheus Dias do Prado<sup>5</sup>  
Vinícius Fino Machado<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata da análise dos períodos governamentais de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em relação à política externa brasileira adotada e os efeitos causados nos resultados da balança comercial e do produto interno bruto. A pesquisa que lhe deu suporte foi exploratória e a coleta de dados foi proveniente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para o tratamento dos dados foi utilizado o método qualitativo, tendo os resultados revelado que: desde a adoção da estratégia neoliberal houve pouca mudança na política macroeconômica; ações e atividades da política externa brasileira não interferem de forma significativa nos resultados da balança comercial e do produto interno bruto; resultados da balança comercial e do produto interno bruto dependem de outros fatores como economia interna, cotação do dólar e situação da economia externa.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Produto Interno Bruto; Balança Comercial.

## **BRAZILIAN FOREIGN POLICY GOVERNMENT FHC, LULA AND ROUSSEFF: EFFECTS ON TRADE BALANCE AND THE BRAZILIAN GROSS DOMESTIC PRODUCT**

**ABSTRACT:** This article deals about of analyze the governments periods of Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff in relation with the adopted Brazilian foreign policy and the effects on trade balance and gross domestic product . The research that gives support was exploratory and the collect dates of dependents variable, trade balance and Gross domestic product was from Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. For the handling of the dates was use the qualitative technique describing the studied phenomenon,

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais - concentração em Relações Internacionais pela PUC/SP. Professor Adjunto na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Email: [francisco.cassano@mackenzie.br](mailto:francisco.cassano@mackenzie.br)

<sup>2</sup> Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Internacional. Email: [diogohc@hotmail.com](mailto:diogohc@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Internacional. Email: [felipe\\_padilha\\_2@hotmail.com](mailto:felipe_padilha_2@hotmail.com)

<sup>4</sup> Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Internacional. Email: [mateusmarchiori.08@gmail.com](mailto:mateusmarchiori.08@gmail.com)

<sup>5</sup> Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Internacional. Email: [matheus.diasp@hotmail.com](mailto:matheus.diasp@hotmail.com)

<sup>6</sup> Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Internacional. Email: [vinamachado8@gmail.com](mailto:vinamachado8@gmail.com)

having the results of: Since the adoption of neoliberal strategy had little change on macroeconomic policy; Actions and activities of Brazilian foreign policy does not intervene significantly on trade balance and gross domestic product results; Trade balance and gross domestic product results depends of others factors as domestic economy, dollar hate and foreign economy situation.

**Key words:** Foreign policy; Gross Domestic Product; Trade Balance.

## **Introdução**

Os estudos sobre política externa brasileira abrangem diversas variáveis que podem ser compreendidas na articulação entre si, ampliando assim as possibilidades de análise. O Brasil tem alcançado resultados importantes nos últimos anos que consideram ajustes internos e variáveis internacionais.

Conforme Wilhelmy (1988), política externa representa o conjunto de atividades políticas de um Estado que são utilizadas para impor seus interesses e estratégias perante outros Estados no meio internacional.

O objetivo geral do estudo foi identificar a influência nos resultados da balança comercial e do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro, decorrente das políticas externas nos últimos vinte anos, considerando:

- i. Os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002;
- ii. Os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010;
- iii. O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, de 2011 a 2014.

O estudo destes últimos vinte anos justifica-se, como afirmou Silva (2012), pela mudança da matriz emergente de inserção internacional, na qual o Brasil, buscando a superação da crise econômica dos anos 1980, assumiu o processo de globalização e adoção de políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento.

No campo diplomático consideram-se tendências políticas, econômicas, sociais e culturais, caracterizando-se como uma área que impacta diretamente a vida dos cidadãos. Analisar este campo torna-se fundamental para o entendimento dos resultados de acordo com cada período político.

## **A Política Externa: definição, formulação e condução**

Nas interações entre os Estados, deve-se levar em conta a existência de fatores imutáveis, como a localização geográfica dos países; e de fatores externos de maior durabilidade, como a estruturação do poder internacional. Política externa apresenta certa continuidade e é por isso que, quando comparada com a política interna, se apresenta de

forma mais lenta, face à estabilidade de meios possíveis de inserção de um país no meio internacional (LAFER, 1987).

Ainda segundo Lafer (1987), a conciliação entre as necessidades internas com as possibilidades externas ocorre em três campos de atuação:

- i. O campo estratégico-militar, que determina o que um país significa ou pode significar como aliado, protetor ou inimigo em circunstâncias de guerra e desejos de paz;
- ii. O campo das relações econômicas, evidenciando a importância efetiva e que pode ser alcançada por um país em relação aos outros no âmbito comercial;
- iii. O campo dos valores, demonstrando a importância de um país como modelo para a vida em sociedade.

No conjunto das relações internacionais, a política externa trata de aspectos mais específicos. É uma orientação governamental direcionada por um Estado, que engloba o interesse de determinados atores ou situações internacionais em conjunturas específicas. As relações entre os países e suas respectivas políticas externas constituem a política internacional (VIZENTINI, 1999).

As relações internacionais, por sua vez, representam os interesses do Estado no âmbito internacional, tendo como principal objetivo satisfazer suas necessidades seja pela sua sobrevivência ou pelo interesse de seus membros (OLIVEIRA, 2005).

Oliveira (2005) considerou ainda que o objeto de relações internacionais é o meio internacional, que contempla o conjunto das relações interestatais junto às relações transnacionais, juntando a premissa de que política externa representa uma das áreas das relações internacionais, sendo o Estado seu principal agente.

Dessa forma, a correlação entre política externa e Estado se torna evidente e estreita, pois, dentro do sistema anárquico, o Estado representa de forma única e legítima os interesses de seus membros (OLIVEIRA, 2005).

Oliveira (2005) também evidenciou a diferença conceitual entre decisão e ação em política externa. A decisão corresponde a um interesse e decorre da identificação de um problema, avaliação de alternativas, definição e implementação; já a ação é um comportamento prático, podendo ou não ser resultado de algo que foi proposto.

Assim, a partir da análise sobre o processo decisório, faz-se a distinção de duas vertentes da política externa: a primeira, voltada para seu processo de formulação no qual o

meio em que se formula é relativamente similar ao da política interna; a segunda, direcionada para o processo de implementação, no qual o meio em que se implementa é relativamente diferente daquele da política interna (OLIVEIRA, 2005).

Segundo a Constituição Brasileira, cabe ao Poder Executivo definir a política externa, enquanto a diplomacia a implementa. No entanto, para se compreender a maneira com que ocorre essa inserção do Brasil no meio internacional, cabe a avaliação do processo doméstico de formulação da política externa, no qual há um consenso de que o Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty tradicionalmente desempenha tal função (OLIVEIRA, 2005).

Para Albuquerque (2002), os partidos políticos, assim como sindicatos, mídia e opinião pública em geral, estavam distantes da política externa e das formulações e implementações do Itamaraty. Isso ocorria devido à habilidade dos diplomatas em manter a credibilidade do único e eficiente defensor dos interesses brasileiros no exterior.

Lima (2010), ao analisar a ideia de continuidade na política externa brasileira, indicou a existência de um poder burocrático e relativamente autônomo no qual se configurava o Itamaraty, que se tornou um forte componente institucional na formação da política externa. Uma organização dessa natureza garantia a estabilidade do processo decisório e uma continuidade relativa nas escolhas, além de certo padrão nas orientações políticas.

A partir dessas considerações, discorre-se a seguir as principais diretrizes, estratégias e ações da política externa brasileira no cenário dos cinco períodos de governo em análise (1995 a 2014), considerando-se os contextos econômicos e políticos, tanto no âmbito interno como externo de cada época.

### **O Primeiro Mandato de FHC (1995-1998)**

O fim da bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos da América – EUA, marcado pela queda do muro de Berlim e os constantes avanços tecnológicos, revolução dos meios de comunicação e transporte no final dos anos 1980, propiciaram uma significativa mudança no cenário mundial (CARDOSO, 2007).

Após a década de 1980, a estratégia da política externa, com foco na substituição das importações, passou a ser ineficiente e foi necessária a integração aos fluxos internacionais de comércio, investimentos externos e desenvolvimento de tecnologias. Assim o Brasil passou a avaliar a política externa mais como fonte de oportunidades e não unicamente como entraves ao desenvolvimento nacional (ABDENOUR, 1994).

O Brasil passava a ter como objetivo a interação cada vez mais positiva com a comunidade internacional, e, além disso, aumentava a sua influência nas decisões mundiais (LAMPREIA, 1998).

Com a crise política no governo Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a Presidência da República, mantendo alguns temas defendidos por Collor e levando adiante alguns compromissos internacionais. Além disso, Franco ainda buscou consolidar a ideia do Brasil como grande referência sul-americana, o que resultaria em uma aproximação com países considerados “potências médias”, como China, Índia e, posteriormente, Rússia (BERNAL-MEZA, 2002).

Ainda segundo Bernal-Meza (2002), sob esse cenário, em 1995, assumiu a presidência da república Fernando Henrique Cardoso, que havia atuado como chanceler no governo de Itamar Franco e conduzido a política externa. O início de seu governo trouxe para pauta temas como o desenvolvimento, a aproximação política perante os EUA e a transição do Brasil para deixar de ser um país de terceiro mundo.

A implantação do Plano Real, em 1994, possibilitou a construção de um bloco hegemônico, fortalecendo o início do governo FHC e que também contava com um grande apoio parlamentar, contribuindo para a implementação das reformas econômicas, baseadas nas privatizações e nas medidas para maior participação do capital estrangeiro no Brasil. Da mesma forma, a consolidação da democracia, a abertura econômica e a estabilização da moeda foram foco principal do discurso presidencial (SALLUM Jr., 1999).

Caracterizaram-se nesse período, além das relações bilaterais, três frentes de ação da diplomacia brasileira: o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; a América do Sul; a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA; que representaram um novo direcionamento estratégico, porém mantendo a política regional da matriz desenvolvimentista. Com isso, foi considerável a importância do aspecto regional e do MERCOSUL como núcleo de projeção internacional do Brasil (CERVO, 2002).

Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) afirmaram que FHC em seu primeiro período caracterizava a política externa pelo pacifismo e respeito perante a comunidade internacional, mas sem perder o interesse pela autonomia brasileira. A questão era afastar-se de uma autonomia exclusiva e vincular-se a uma agenda internacional mais ativa em busca de uma maior integração ao cenário internacional. Assim, a política externa do Brasil passou a ter uma nova perspectiva de maior autoridade sobre suas decisões e condutas, porém sempre levando em conta as questões debatidas em âmbito global.

Segundo Pinheiro (2004), no plano de ideias e estratégias do Brasil para as políticas externas destacava-se a busca de recursos que levassem o Brasil a um novo patamar de poder mundial.

Foi possível superar, assim, a ideologia de soberania autônoma brasileira, para que fosse inserida uma soberania compartilhada considerando os atuais debates internacionais (SARAIVA, 2007).

Por outro lado, para Cervo e Bueno (2008), FHC fundamentou suas estratégias de forma neoliberal, o que acarretou ao país impacto nocivo à política externa, tais como abertura sem controle para entrada de bens de consumo, o endividamento externo e a dependência da comunidade internacional. O Brasil deveria ter se aliado mais aos países emergentes, de forma a não basear sua estratégia em prol dos empresários, mas, sim, dos trabalhadores. Entretanto, a abertura econômica, apesar de negativa, teve efeitos também positivos, tais como a modernização da indústria e a divulgação na sociedade sobre a importância do desenvolvimento e crescimento econômico.

Para Silva (2012), sem dúvida o Brasil buscou fortalecer algumas relações bilaterais no continente Europeu, principalmente com Alemanha, Portugal e Espanha, onde representou um contraponto às indefinições e disputas na União Europeia – UE. Em relação à França, os contatos políticos de alto nível foram mantidos, porém as relações foram mais condicionadas pelos posicionamentos nas negociações comerciais, em que o Brasil se posicionou criticando os subsídios agrícolas, enquanto os franceses defendiam a Política Agrícola Comum. Ao mesmo tempo, ambos os países conduziam as relações entre UE e MERCOSUL, pois eram protagonistas em seus respectivos blocos econômicos.

Dessa forma, o impulso dessa inserção internacional na década de 1990 assumiu um caráter neoliberal, ou seja, adotou-se uma política econômica que retomou alguns princípios do capitalismo liberal do século XIX, vigorando sem qualquer limitação dos mecanismos do mercado, enfatizando a livre concorrência. O governo procurou construir a reputação do Brasil como principal líder na América do Sul e, a partir da abertura econômica, consolidou a imagem de um bom mercado para investimentos, mesmo aceitando os paradigmas estipulados pela ordem global. Do mesmo modo, alavancou o interesse do MERCOSUL e implantou a visão otimista para as oportunidades decorrentes das novas transformações sistemáticas que ocorriam no mundo (SILVA, 2012).



## **O Segundo Mandato de FHC (1999-2002)**

Lampreia (1999) defendia a política externa do governo alegando responsabilidade externa pela crise e este fato não deveria recuar a atuação do Brasil no âmbito internacional, pois refletia os valores e aspirações da sociedade para seu próprio futuro.

A crise do Plano Real e do MERCOSUL, em 1999, implicaram no questionamento da política externa em vigor, sobretudo no modelo econômico e de inserção internacional. A construção da boa imagem externa, devido ao sucesso da diplomacia de FHC e do Itamaraty, escondeu o paradigma da globalização, no qual os atores que agenciavam essa imagem eram aqueles que saíam em vantagem nesse paradigma. Até porque, nesses centros de produção de imagem positiva, foram silenciados os erros que resultaram no colapso financeiro de 1999 (CERVO, 2002).

O cenário mundial, no qual o governo brasileiro buscava sua inserção, começou a se desestruturar, a ideia de globalização neoliberal foi substituída pela crítica à globalização assimétrica, ou seja, que se desencadeou desigualmente no sistema internacional, desfavorecendo países menos desenvolvidos. Em 1999, o MERCOSUL ainda passava por um momento crítico: um desequilíbrio entre Brasil e Argentina afetou a relação entre todos os membros e países associados. Nesse momento, o bloco perdeu o dinamismo, pois havia passado a fase inicial de ganhos decorrentes da integração e expansão comercial, em função da redução automática das tarifas (VIZENTINI, 2005).

Diante deste cenário, Vizentini (2005) acrescentou que a diplomacia de FHC se voltou significativamente para a agenda da América do Sul, a fim de articular alternativas para crise do MERCOSUL e dar continuidade ao processo de integração. O presidente buscou recuperar certa autonomia diante dos EUA, em vista da nova administração de Bush.

Assim, o segundo mandato de FHC foi marcado por um redirecionamento da política externa, evidenciando o declínio da matriz neoliberal principalmente após a crise de 1999. Outros eventos influenciaram essa mudança, como o fracasso da Reunião de Seattle da Organização Mundial do Comércio – OMC, o esvaziamento da Organização das Nações Unidas – ONU e o unilateralismo norte-americano, além da tensão após os ataques de 11 de setembro de 2001, as crises financeiras e o aumento do protecionismo (SILVA, 2012).

Silva (2012) observou ainda que, a partir desse contexto, em 1999/2000, FHC passou a criticar a estruturação do sistema internacional. Simultaneamente, o MERCOSUL e a América do Sul passaram a assumir um papel de maior importância para o Brasil, sendo o foco do projeto de inserção internacional nesse período.

No entanto, foi na Ásia que a política externa brasileira encontrou um novo polo comercial, em função de fatores como o tamanho do mercado, capital elevado e tecnologia de ponta. Esse interesse poderia substituir as tradicionais parcerias com a Europa e os EUA, pois os países orientais consideravam o Brasil uma importante fonte de matérias primas e alimentos (SILVA, 2012).

### **O Primeiro Mandato Lula (2003-2006)**

Durante o período eleitoral, em 2002, houve uma preocupação dos setores neoconservadores internacionais, principalmente nos EUA, de que o Brasil começasse a se opor de maneira mais firme, frente aos interesses norte-americanos. A desconfiança em relação aos rumos que tomaria a economia brasileira era grande, fato que elevou o risco Brasil em até dois mil pontos, impactando a campanha eleitoral e provocando mudanças econômicas a partir de 2003 (BANDEIRA, 2004).

Segundo Albuquerque (2005), a característica principal do governo Lula foi a institucionalização do multilateralismo, que visava o aumento da sua capacidade de negociação, prevenindo-se do unilateralismo das potências. Havia três agendas diferentes, que, apesar de perseguir objetivos conflitantes, tinham compatibilidade no que diz respeito ao seu funcionamento: a primeira delas era a agenda tradicional, que estava relacionada aos objetivos tradicionais do governo, na qual se pode citar a não submissão aos EUA e a tentativa de ter um ambiente externo favorável, dando credibilidade à economia do país; a segunda era a agenda pessoal, que, com o objetivo de se tornar um líder doméstico, buscava o protagonismo no cenário internacional; a terceira era a agenda ideológica, na qual a ascensão de Lula e do Partido dos Trabalhadores – PT ao governo deveria estar vinculada à utilização da diplomacia como mecanismo de promoção de uma nova ordem mundial, com o objetivo de superar o processo de globalização vigente e, conseqüentemente, seu principal agente, os EUA.

Com a chegada do presidente Lula ao governo em 2003, ocorreu uma mudança na política externa brasileira: foi incorporada a agenda social e a reforma de instituições multilaterais (LIMA; HIRST, 2006).

A transição entre os governos foi seguida pela ascensão de novos grupos constituídos por parlamentares, dirigentes e quadros do PT, além de vários dirigentes sindicais em sua maioria filiados ou militantes do mesmo partido. Contudo, nesse processo, a maioria deixou

de lado a luta pelo socialismo, aderindo ao projeto neoliberal do Consenso de Washington (NAKATAMI; OLIVEIRA, 2009).

Do ponto de vista comercial, segundo dados do Banco Central do Brasil – BACEN, o Brasil fechou o ano de 2002 com pouco mais de US\$ 60 bilhões em exportações, com crescimento considerável nos anos seguintes: US\$ 96,5 bilhões em 2004 e US\$ 118,3 bilhões em 2005. O aumento do preço das commodities no mercado internacional foi o grande responsável por esse aumento, entretanto, o Plano Plurianual – PPA do governo para esse período não considerou aumento no volume de exportação, diversificação da pauta exportadora, quantidade de empresas atuando no exterior ou participação brasileira no comércio internacional (LESSA; COUTO; FARIAS 2009).

No primeiro ano do governo Lula, apesar do cenário internacional ter sido mais favorável, com a elevação dos superávits fiscais, melhorias no câmbio e nos juros, a relação da dívida sobre o PIB continuava prejudicial, atingindo 52,4% do PIB (NAKATAMI; OLIVEIRA, 2009).

Durante esse período, foi consensual o fato de o Brasil ter se tornado mais respeitado internacionalmente, decorrente do substancial crescimento econômico, que foi possibilitado pela revitalização do mercado interno e pela elevação do preço das commodities produzidas em território nacional, além das reduções da pobreza e desigualdade de renda interna. Foi retomado o desenvolvimento da política externa, enfatizando a importância da cooperação Sul-Sul e nas pautas como a não indiferença, a não intervenção e, principalmente, pela disposição em assumir novas responsabilidades (LESSA, 2010).

Contudo, o processo de integração regional no primeiro período do governo Lula não mediu custos relativos das resoluções aplicadas nas negociações desde 2003, principalmente nos conceitos econômicos e comerciais, que formavam a base do MERCOSUL, e que foram minimizados em relação às prioridades sociais ou políticas. A administração de Lula foi leniente na aplicação de diversas medidas de defesa comercial, juntamente com a Argentina, degradando os interesses de exportadores brasileiros. Dessa forma, independente de altas e baixas nos fluxos comerciais dentro do bloco, o MERCOSUL mais recuou do que avançou nesse período, pois dependia mais da dinâmica dos agentes privados e comportamento das economias como um todo, e não apenas disposições e medidas governamentais (ALMEIDA, 2010).

De acordo com Neto (2011), o governo Lula adotou uma política externa mais flexível, tentando aumentar o número de parceiros econômicos e dando ênfase no plano interno de incentivos aos programas sociais.

## **O Segundo Mandato Lula (2007-2010)**

A autonomia da política externa brasileira, principalmente diante dos EUA, foi reforçada através das alianças com países em desenvolvimento. O Itamaraty procurou consolidar um diálogo estratégico com os norte-americanos nesse período, que foi verificado, por exemplo, na confiança do Brasil como principal interlocutor e mediador de conflitos na América do Sul. Porém, o governo brasileiro pretendia obter maior influência no âmbito global, por isso a importância no relacionamento com países emergentes, ampliando suas relações multilaterais em detrimento do unilateralismo norte-americano (SILVA, 2010).

Os anos que seguiram o 1º mandato de Lula foram marcados por uma crise econômica mundial, que eclodiu nos EUA e teve reflexos em todo mundo. A política externa durante o segundo período de governo não sofreu mudanças significativas, pois o PT e Lula adotaram um discurso que remetia ao seu passado ligado às lutas sociais, que acabou contribuindo para a reconstrução e não superação do modelo de política. Dessa forma, apesar de seu discurso esquerdista, o governo petista precisava manter o nível de crescimento econômico do Brasil frente aos outros países, garantindo sua posição de líder na América do Sul à permanência no poder (RAMOS, 2012).

A situação global enfrentada pelo segundo governo de Lula apresentava características diferentes, com um cenário mais fragmentado, marcado por uma situação de crise e mudança em função da multipolarização iniciada pós 11 de Setembro de 2001 e agravado nesse período, na dimensão econômica, pela crise financeira que se abateu sobre os EUA em 2008. Esse contexto abriu espaços para a ascensão de novos atores, os países emergentes, assim como de visões de mundo alternativas ao liberalismo predominante nos anos 1990. Na América do Sul, a ascensão de novos governos de esquerda com projetos de reformulação do regime político, desde o início dos anos 2000, reduziu os alinhamentos desses países frente aos EUA (SARAIVA, 2013).

Quanto à diplomacia, Lula introduziu uma estrutura mais complexa com os países da América do Sul, priorizando a cooperação técnica e financeira, voltada para relações bilaterais. Durante esse período, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aumentou o financiamento para investimento na região em obras de infraestrutura, que foram alavancadas pela Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (SARAIVA, 2013).

Por fim, nessa diferenciação entre os governos, ficaram nítidas duas alternativas de desenvolvimento, uma de FHC que incentivou a abertura econômica, promovendo a

competição e gerando demanda no mercado externo, e outra de Lula, que expandiu a produção nacional e do mercado interno de consumo de massa, facilitando as exportações. Contudo, a inserção internacional no governo Lula não se apresentou de maneira transformadora, mas relacionada a uma estrutura global passivamente revolucionária (RAMOS, 2012).

### **O Primeiro Mandato Dilma Rousseff (2011-2014)**

No início de seu governo, a presidente Dilma encontrou um contexto externo bem menos otimista em relação ao cenário dos dois períodos anteriores, que contribuiu fortemente para o bom desempenho da economia brasileira durante o governo Lula. O ambiente internacional foi dominado por acusações de manipulação de taxas de câmbio, condução descuidada de políticas monetárias e incertezas em relação à dinâmica das economias desenvolvidas (VEIGA; RIOS, 2011).

Segundo Barral e Bohrer (2011), a China se consolidou como uma das maiores potências do mundo e um dos principais parceiros comerciais do Brasil, porém, essa relação foi determinada por exportações primárias e sem perspectivas sólidas de uma relação mais equilibrada.

No início do mandato, ganhou destaque na agenda externa as relações com a China, sendo ambígua a percepção brasileira em relação à mesma, pois ao mesmo tempo em que era vista como uma grande oportunidade se demonstrou crescentemente como forte ameaça (VEIGA; RIOS, 2011).

Barral e Bohrer (2011) afirmaram que os primeiros meses do governo Dilma coincidiram com um ideário mais nacionalista, com a pressão decorrente da crise internacional, sendo que esse ideário se manifestou pelo aumento do protecionismo e o atendimento às demandas dos produtores domésticos por proteção. A prioridade da política comercial passou a ser essa proteção dos setores que competiam com importações, deixando como segundo plano o aumento de competitividade, lento em comparação com a urgência da crise internacional.

De acordo com Lampreia (2011), o governo Dilma recebeu boas e más heranças do governo anterior e a política externa é uma das mais negativas. Como exemplos, a defesa do regime cubano; a tentativa de desempenhar o papel de mediador entre israelenses e palestinos, que nem começou por falta de credibilidade; sucessivas derrotas de candidaturas brasileiras

por cargos relevantes em órgãos internacionais; atuação diplomática discreta em questões de conflito na América do Sul.

Esses exemplos negativos fizeram com que os principais jornais e a maior parte da opinião pública formassem opiniões muito críticas em relação à política externa brasileira, tornando-a uma questão polêmica e mais conhecida pela sociedade. Um dos principais desafios do governo Dilma foi conseguir o apoio nacional e recuperar sua credibilidade (LAMPREIA, 2011).

Quanto às viagens diplomáticas da presidente, foi notória a priorização do MERCOSUL, visitando três vezes a Argentina, o principal destino, logo em seguida Venezuela e Paraguai, sendo duas visitas em cada. Com menor destaque, também foram visitados países da Europa, os EUA e países dos BRICS, além de países africanos, com predominância os de língua portuguesa (CORNETET, 2014).

Ainda segundo Cornetet (2014), no governo Dilma os dados de vagas para a diplomacia evidenciaram uma contenção nessa política, refletindo em uma menor assertividade da política externa brasileira. Com essa redução da rede diplomática, o Brasil correu o risco de ficar de fora dos principais debates internacionais.

Saraiva (2014) observou que houve uma redução na diplomacia presidencial em relação aos governos anteriores e que este fato afetou a participação proativa do Brasil na política global. O Presidente Lula teve uma vontade política maior de articular visões favoráveis em relação à projeção global do Brasil e à construção de uma liderança na região, mas que não tiveram continuidade, pois Dilma preferiu solucionar os problemas internos.

Dessa forma, houve substancial redução do ativismo e empreendedorismo internacional do Brasil a partir das iniciativas do governo Dilma. As ações de política externa perderam a inovação e pró-atividade, se tornaram mais subjetivas e voltadas para resultados em longo prazo que talvez nem sejam alcançados, evidenciando a contenção da continuidade do processo de inserção internacional brasileira (CORNETET, 2014).

Apresentado o desenvolvimento da política externa brasileira através dos períodos mencionados, conceitua-se a seguir dois componentes macroeconômicos fundamentais para compreensão e análise deste estudo: Balança Comercial e PIB.

### **Balança comercial**

Para Braga e Rossi (1987), a desvalorização cambial apresenta resultados positivos para a balança comercial, sob o ponto de vista das abordagens que possuem maior

consistência macroeconômica. Na abordagem da absorção, a melhora na balança ocorre em função do aumento da produção, diminuição dos termos de troca e substituição de bens importados por nacionais. Já na abordagem monetarista, a desvalorização acaba por elevar os preços dentro do país, reduzindo encaixes monetários reais, o que busca no equilíbrio do mercado monetário, pois as pessoas consomem menos bens importados e exportáveis, gerando superávit. Assim, os ganhos provindos das exportações transformados em moeda doméstica recompõem os encaixes reais.

O déficit comercial pode trazer consequências negativas para o país, prejudicando principalmente os níveis de emprego em alguns setores locais, pois como as exportações diminuem as empresas acabam demitindo alguns trabalhadores. Por outro lado, essa diminuição de emprego em alguns setores é compensada pelo aporte à conta de capital, que fazem com que outros setores gerem empregos. Portanto, um déficit comercial tem influência direta na distribuição do emprego entre os setores de uma nação (CARBAUGH, 2004).

Cavusgil (2010) considerou que existe um consenso entre os economistas sobre um déficit comercial prolongado ser prejudicial à economia de uma nação. Nessa situação, o banco central do país intervém de forma a desvalorizar a moeda local e isso se dá através da compra e venda de moedas no mercado de câmbio. Essa desvalorização visa impedir e dificultar os residentes e o setor privado de uma nação a importar e comprar em moeda estrangeira.

Sendo assim, fatores que interferem na balança comercial de um país são os preços do mercado interno, preços do mercado externo e as taxas de câmbio. As alterações do câmbio provocam variações dos preços no mercado internacional, impactando na balança, sendo que essas alterações dependem das elasticidades da demanda e oferta de importações e exportações (CARVALHO; SILVA, 2003).

### **Produto Interno Bruto - PIB**

Segundo Silva et al (1996), o PIB é o produto ou valor adicionado com geração no território econômico de uma nação por aqueles que nela residem, e, sendo assim, calculado pela renda gerada na produção, obtido pelo saldo entre o valor de produção e o consumo intermediário.

Em uma análise prática, Mankiw (2004) considerou o PIB como um dos melhores meios para se medir o desenvolvimento econômico, tendo como objetivo unificar em apenas um número o valor resultante da atividade econômica em um determinado período. Sendo

assim, este valor pode ser analisado de duas formas, primeiramente como a renda total de todos aqueles que participam de forma ativa na economia, e/ou, como gasto total gerado na produção de bens e serviços. Entretanto, ambas as formas, quando analisadas darão um mesmo resultado, pois obrigatoriamente a renda arrecadada por um vendedor na venda de um produto é o gasto realizado na produção por um comprador no mesmo produto. O PIB, então, corresponde ao valor final de mercado de todos os produtos e serviços oferecidos dentro uma economia, durante certo período.

Para Oliveira, Mata e Cunha (2011) o PIB se define como medida para toda riqueza gerada pela economia de um estado em um período específico de tempo. Dessa forma se interpreta que sua elevação demonstra um sinal de crescimento econômico, porém PIB é um indicador de desempenho econômico e não de desenvolvimento, pois o desenvolvimento de um país está diretamente ligado aos níveis de desigualdade e bem-estar da população e não somente ao PIB. Na ciência econômica, ocorre uma associação desse indicador com o crescimento econômico, porém deve haver uma análise mais apurada para tal conclusão, pois diante do crescimento do PIB é comum julgar que a economia está aquecida, diminuindo o desemprego e elevando o poder de compra, mas, ao mesmo tempo, pode se notar também o aumento da inflação.

Assim, o PIB é representado como um importante indicador macroeconômico e nos reflexos do mercado de trabalho e consumo, porém, também se devem considerar os indicadores de bem-estar e distribuição de renda para avaliar de que forma a renda arrecadada está sendo distribuída (OLIVEIRA; MATA; CUNHA, 2011).

Segundo Cervo e Bueno (2008), a política externa é a maneira com que os governos influenciam o destino de suas nações no contexto internacional. Por isso acaba influenciando os resultados econômicos obtidos durante esse processo.

Partindo dessa ideia, Tussie (2013) frisou que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas nações é como será gerida a constante mudança do sistema político internacional em relação à economia global.

Sánchez e Villano (2014) analisaram que, em todas as nações, o balanço econômico está relacionado de forma constante com o total importado, com as taxas de câmbio e com o PIB. Portanto, os esforços das políticas externas devem ser estrategicamente moldados para o crescimento da produção e a regulação da taxa de câmbio, para que, juntos com bons acordos internacionais, tragam resultados de crescimento à economia de um país.



## Resultados da Política Externa Brasileira nos Governos FHC, LULA e DILMA

Os quadros deste item foram organizados em sintonia com os relatos contidos em cada período governamental deste estudo. Foram elaborados cinco quadros, um para cada período de governo. A organização dos quadros apresenta as principais ações da política externa brasileira, em cada período de governo, juntamente com o contexto econômico no Brasil e no mundo durante os mandatos.

**Quadro 1 – Primeiro Mandato FHC – 1995-1998**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Aproximação política com os EUA; Busca de projeção internacional; Busca de autonomia voltada para a integração; Fortalecimento de relações com Alemanha, Portugal e Espanha; Consolidação do Brasil como líder na América do Sul.	Início do Plano Real;  Fim da bipolaridade EUA x URSS.

**Fonte:** Organizado pelos autores, com base nos diversos Autores citados.

O Quadro 1 mostra que o primeiro mandato de FHC foi marcado pelo início do plano real e pela expectativa que seu sucesso trouxesse ao Brasil uma imagem diferente a que se tinha até aquele momento perante o mercado externo.

Dessa forma, a ação política foi voltada para um novo tipo de autonomia liberal na qual o país continuava a ter sua autonomia estabelecida, porém, permitindo uma maior aceitação aos temas e debates internacionais.

Observa-se então a ampliação da agenda de compromissos ao redor do mundo, aproximação com o estado norte americano e consolidação do Brasil como principal integrante da América do Sul.

**Quadro 2 – Segundo Mandato FHC – 1999-2002**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Menor aproximação com os EUA; Maior integração regional com a América do Sul; Agenda focada no MERCOSUL; Consolidação da imagem positiva da política externa.	Crise do Plano Real;  Declínio da matriz neoliberal.

**Fonte:** Organizado pelos autores, com base nos diversos Autores citados.

O Quadro 2 permite afirmar-se que o início do segundo mandato de FHC foi marcado por uma crise no Plano Real e no MERCOSUL, evidenciando o declínio da matriz neoliberal.

Dessa forma, as principais ações da política externa brasileira nesse período foram o distanciamento em relação ao unilateralismo norte americano, maior integração regional, focada principalmente no fortalecimento das relações com os países do MERCOSUL, fortalecimento da parceria comercial com a China e consolidação de imagem externa positiva.

**Quadro 3 – Primeiro Mandato Lula – 2003-2006**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Multilateralismo, com maior poder de influência global; Integração com o MERCOSUL; Agenda social; Busca de protagonismo pessoal na política global.	Incerteza econômica no início do período;  Economia externa favorável.

**Fonte:** Organizado pelos autores, com base nos diversos Autores citados.

A confirmação da vitória de Lula nas eleições de 2002 gerou certa desconfiança para grande parte das potências mundiais, principalmente os EUA.

Por outro lado, conforme consta no Quadro 3, como a economia externa estava favorável ao comércio internacional e os preços das commodities em alta, ocorreu considerável ampliação nas exportações brasileiras.

Além disso, Lula apostou em uma maior integração com o MERCOSUL, sempre buscando atender a agenda social e buscando um protagonismo pessoal na política global.

**Quadro 4 – Segundo Mandato Lula – 2007-2010**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Aliança com países em desenvolvimento; Foco no mercado interno; Brasil se torna mediador de conflitos na América do Sul; Maior influência no âmbito diplomático global.	Crise econômica nos EUA em 2008;  Diferença econômica Brasil x América do Sul.

**Fonte:** Organizado pelos autores, com base nos diversos Autores citados.

Através do Quadro 4, percebe-se que a política externa não sofreu mudanças significativas no segundo mandato de Lula. O Brasil foi consolidado como a principal economia da América do Sul.

A atenção para novos parceiros comerciais, em especial com países emergentes, impactou a política externa brasileira, de modo a se evidenciar certa autonomia frente aos EUA.

A relação com países sul-americanos tornou-se complexa e houve aumento de financiamento em infraestrutura nesses países através do BNDES.

Apesar da insistente busca por posição de mando, Lula desenvolveu o país internamente e incentivou as exportações.

**Quadro 5 – Primeiro Mandato Dilma – 2011-2014**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Aumento do protecionismo; Visitas principalmente ao MERCOSUL; Fortalecimento da relação com a China; Redução da diplomacia em relação ao período anterior.	Contexto externo menos otimista;  China se consolida como potência.

**Fonte:** Organizado pelos autores, com base nos diversos Autores citados.

No início do mandato de Dilma, de acordo com o Quadro 5, o cenário externo era menos otimista do que os períodos anteriores, e suas principais ações de política externa foram o aumento do protecionismo, visitas presidenciais focadas no Mercosul e uma participação diplomática menor em relação ao seu antecessor.

Outro ponto de destaque foi o fortalecimento das relações comerciais com a China, que se consolidou como uma das principais potências mundiais.

### Análise dos Resultados da Balança Comercial nos Governos FHC, LULA e DILMA

As tabelas deste item foram organizadas a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, através de vários relatórios anuais referentes ao desempenho da balança comercial brasileira.

Dados provenientes do Banco Central do Brasil – BACEN também foram incluídos, contendo informações sobre a taxa do dólar comercial.

**Tabela 1 - Primeiro Mandato FHC - US\$ Bilhões**

Ano	Exp.	Imp.	Saldo BC	Cotação R\$/US\$ Com	Cresc. % Dólar
1995	46,506	49,972	-3,466	0,9152	-99,832
1996	47,747	53,346	-5,599	1,0056	9,877
1997	52,994	59,747	-6,753	1,0778	7,176
1998	51,140	57,763	-6,623	1,1602	7,652

Fonte: SECEX/MDIC e BACEN (Vários relatórios anuais), organizada pelos autores.

A Tabela 1 mostra que a balança comercial, nos três primeiros anos de mandato, teve aumento constante das exportações e das importações, ocasionando um déficit na balança comercial que se ampliou sucessivamente nos três períodos.

No último ano do primeiro mandato de FHC a balança comercial apresentou queda nas importações, porém, também apresentou queda nas exportações, o que manteve o saldo da balança comercial de forma negativa e similar aos anos anteriores.

**Tabela 2 - Segundo Mandato FHC - US\$ Bilhões**

Ano	Exp.	Imp.	Saldo BC	Cotação R\$/US\$ Com	Cresc. % Dólar
1999	48,013	49,302	-1,289	1,8085	55,870
2000	55,119	55,851	-0,732	1,8331	1,361
2001	58,287	55,602	2,685	2,3637	28,948
2002	60,439	47,243	13,196	2,9307	23,987

Fonte: SECEX/MDIC e BACEN (Vários relatórios anuais), organizada pelos autores.

A Tabela 2 mostra que, de um modo geral, as exportações apresentaram crescimento constante durante os quatro anos do período. Já em relação às importações, houve uma pequena queda de 2000 para 2001 e queda relevante entre os anos de 2001 e 2002.

Em relação ao saldo da balança comercial, foi negativo nos dois primeiros anos, passou a ser positivo em 2001 e no último ano do período, em 2002, apresentou crescimento elevado devido à relevante queda nas importações.

A taxa do dólar comercial médio também apresentou crescimento constante no período, com crescimento elevado de 55% em 1999, em relação ao final desse primeiro mandato, auge da crise do Plano Real. A queda no volume das importações em 2002 ocorreu ao mesmo tempo em que a taxa do dólar alcançava seus maiores valores desde 1995, chegando perto da casa dos R\$ 3,00 em 2002, ao final do período.

**Tabela 3 - Primeiro Mandato Lula - US\$ Bilhões**

Ano	Exp.	Imp.	Saldo BC	Cotação R\$/US\$ Com	Cresc. % Dólar
2003	73,203	48,326	24,877	3,0576	4,330
2004	96,677	62,836	33,841	2,9272	-4,265
2005	118,529	73,600	44,929	2,4410	-16,611
2006	137,807	91,351	46,456	2,1747	-10,911

Fonte: SECEX/MDIC e BACEN (Vários relatórios anuais), organizada pelos autores.

A Tabela 3 apresenta uma queda constante na cotação do dólar, entre 2003 e 2006, aliado a um crescimento das exportações e importações com elevação do saldo da Balança Comercial.

Um dos pontos positivos do governo Lula foi manter o crescimento das exportações, ainda mais com a queda na cotação do dólar. No que se refere ao aumento das importações é possível relacionar-se com a valorização da moeda nacional perante o dólar.

Analisando-se somente os números da Balança Comercial, nesses quatro anos, o resultado foi positivo. Lula deu sequência ao crescimento da balança obtido pelo governo FHC no último ano de mandato.

**Tabela 4 - Segundo Mandato Lula - US\$ Bilhões**

Ano	Exp.	Imp.	Saldo BC	Cotação R\$/US\$ Com	Cresc. % Dólar
2007	160,649	120,617	40,032	1,9470	-10,470
2008	197,942	172,985	24,957	1,8350	-5,753
2009	152,995	127,722	25,273	1,9957	8,760
2010	201,915	181,768	20,147	1,7568	-11,972

**Fonte:** SECEX/MDIC e BACEN (Vários relatórios anuais), organizada pelos autores.

De acordo com a Tabela 4, pode-se perceber que a balança comercial foi superavitária durante todo o segundo mandato de Lula.

Entretanto, há uma queda considerável de 2007 para 2008, pois as importações tiveram maior aumento em relação às exportações, mesmo com a taxa do dólar sendo menor.

Em 2009, contudo, há uma redução tanto nas exportações quanto nas importações, acompanhadas da alta do dólar.

Nesse contexto, a economia mundial passava por uma grave crise, que começou nos EUA e afetou todo o mundo. Mesmo assim, o saldo da balança foi mantido e esses números voltaram a crescer no ano seguinte.

**Tabela 5 - Primeiro Mandato Dilma - US\$ Bilhões**

Ano	Exp.	Imp.	Saldo BC	Cotação R\$/US\$ Com	Cresc. % Dólar
2011	256,040	226,247	29,793	1,6727	-4,787
2012	242,578	223,183	19,395	1,9503	16,595
2013	242,179	239,621	2,558	2,1528	10,388
2014	225,101	229,060	-3,959	2,3605	9,645

**Fonte:** SECEX/MDIC e BACEN (Vários relatórios anuais), organizada pelos autores.

A Tabela 5 mostra que no primeiro ano de mandato o saldo da balança comercial foi o melhor deste período, as exportações tiveram o maior volume de todos os anos estudados, contrariamente à baixa cotação do dólar que não favorece as exportações. Esse fato mostra que o momento da economia ainda era estável.

Nos anos seguintes, verifica-se uma queda constante das exportações, em contrapartida, a cotação média do dólar sobe.

É possível se observar então que, nesse período, o dólar não é a variável que influencia diretamente o volume das exportações.

As importações não mantiveram um padrão, houve uma leve queda no ano de 2012, depois um aumento razoável no ano de 2013 e novamente uma queda no ano de 2014, não se podendo observar nos números o aumento do protecionismo proposto pela presidente.

A cotação média do dólar também teve um aumento constante, explicado pelo momento turbulento da economia interna.

### **Análise dos Resultados do PIB nos Governos FHC, LULA e DILMA**

As tabelas deste item foram organizadas a partir dos dados fornecidos por boletins anuais do BACEN, contendo informações sobre os valores do PIB.

**Tabela 6 - Primeiro Mandato FHC**

<b>Ano</b>	<b>PIB (Valores a preços de 2000 – R\$ Milhões)</b>	<b>Variação real - %</b>
1995	974.103	4,20
1996	1.000.014	2,70
1997	1.032.987	3,30
1998	1.043.163	0,80

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2000.

A Tabela 6 permite observar-se que o maior crescimento do PIB foi no primeiro ano deste mandato, entretanto não permite afirmar-se que as políticas adotadas por FHC foram as principais ocasionadoras desse aumento.

Nos anos seguintes percebe-se aumento inferior ao primeiro ano, porém expressivos, e, neste caso, já se pode considerar a maior influência do governo FHC para estes resultados.

No último ano de mandato o PIB apresenta um crescimento modesto comparado com os anos anteriores, isto talvez ocasionado pelos indícios de crise no plano real.

Ao se comparar os dados do PIB, em relação aos resultados da balança comercial, não há aparentemente influência dos dados entre si.

**Tabela 7 - Segundo Mandato FHC**

<b>Ano</b>	<b>PIB (Valores a preços de 2000 – R\$ Milhões)</b>	<b>Variação real - %</b>
1999	1.408.830	0,80
2000	1.470.265	4,40
2001	1.489.563	1,30
2002	1.518.264	1,90

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2003

Os valores do PIB durante os quatro anos desse período, conforme demonstra a Tabela 7, apresentaram crescimento constante, com destaque para a variação ocorrida de 1999 para 2000, superior em relação aos demais anos.

A variação do PIB de 1999, em relação ao ano anterior, ainda é reflexo do momento em que ganhava evidência a crise do Plano Real.

A partir de 2000 o MERCOSUL passou a ser foco do projeto de inserção internacional, sendo também o momento em que os valores do PIB voltaram a apresentar crescimento relevante.

**Tabela 8 - Primeiro Mandato Lula**

<b>Ano</b>	<b>PIB (Valores a preços de 2000 – R\$ Milhões)</b>	<b>Variação real - %</b>
2003	2.145.266	1,10
2004	2.267.893	5,70
2005	2.339.522	3,20
2006	2.427.371	3,80

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2007

Através da Tabela 8 percebe-se que no primeiro período do governo Lula, os valores do PIB foram constantemente crescentes, destacando-se a forte variação de 2003 para 2004.

Esse crescimento acompanhou o ritmo do próprio saldo da balança comercial do período, momento em que Brasil buscava protagonismo na política global e regional, movido por um ambiente externo favorável.



**Tabela 9 - Segundo Mandato Lula**

<b>Ano</b>	<b>PIB (Valores a preços de 2000 – R\$ Milhões)</b>	<b>Variação real - %</b>
2007	4.042.769	6,10
2008	4.251.845	5,20
2009	4.237.825	-0,30
2010	4.557.090	7,50

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2013

A Tabela 9 permite confirmar-se que o crescimento do PIB é contínuo no segundo governo Lula até o penúltimo ano de seu mandato.

É possível observar-se, também, uma maior volatilidade em relação ao período anterior. No ano de 2009 observou-se uma queda, e, no ano seguinte, o país retoma a boa fase de crescimento, com uma variação real de até 7,50%, a maior durante todos os períodos em análise.

**Tabela 10 - Primeiro Mandato Dilma**

<b>Ano</b>	<b>PIB (Valores a preços de 2000 – R\$ Milhões)</b>	<b>Variação real - %</b>
2011	4.681.626	2,70
2012	4.729.895	1,00
2013	4.837.950	2,30
2014	Não disponível	-

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2013

Pela Tabela 10 é possível verificar-se uma queda no percentual de crescimento em relação ao período de governo anterior, o que evidencia o mau momento da economia e que se mostrava menos otimista no cenário internacional.

Ainda assim o ano de 2013 foi o ano que registrou o PIB, em valores absolutos, mais elevado de todos os anos estudados.

Os dados de 2014 relativos ao PIB não estavam disponíveis quando pesquisados.

## Conclusão

Após o início do Plano Real e até o segundo período do governo Lula, poucas mudanças foram observadas na política macroeconômica com a estratégia neoliberal adotada pelos sucessivos governos. Assim, pode-se reconhecer que as ações ou atividades da política externa brasileira, por consequência, também não foram significativas a ponto de interferir diretamente nos resultados da balança comercial e do PIB.

Portanto, as ações de política externa dependem de outros fatores para a análise dos resultados da balança comercial e do PIB brasileiros tais como: o momento interno da economia; a situação econômica dos principais parceiros comerciais; a cotação média do dólar no período.

A política externa representa as ações tomadas pelos governos que impõem seus interesses no ambiente internacional, porém, muitas vezes, os reais interesses como: acordos internacionais; viagens presidenciais; parcerias comerciais ou criação de instituições; não são explícitos na literatura e nem fazem parte do amplo conhecimento da população. Somente o governo tem o controle e acesso a tais informações. Dessa forma, a principal limitação do estudo foi o desconhecimento e a dificuldade de acesso às informações sobre os verdadeiros interesses dos governos em relação às políticas adotadas nos períodos.

## Referências Bibliográficas

- ABDENOUR, R. Política externa e desenvolvimento. **Política Externa**, São Paulo, v.3, n.3, p. 51-71, 1994.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. Economia política e política externa do governo Lula. **Plenarium**, Brasília, ano II, n. 2, p. 84-93, 2005.
- \_\_\_\_\_. Prioridades regionais e multilaterais na política externa do governo Fernando Henrique. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. X, n. 114, p. 10-11, 2002.
- ALMEIDA, P. R. Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica. **Política Externa**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 27-40, 2010.
- BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BARRAL, W.; BOHRER, C. P. A política comercial do governo Dilma Rousseff: primeiras impressões. **Política Externa**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 115-124, 2011.

- BERNAL-MEZA, R. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 36-71, 2002.
- BRAGA, H. C.; ROSSI, J. W. A dinâmica da balança comercial no Brasil, 1970-84. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 41, n.2, p. 237-248, 1987.
- CARBAUGH, R. J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- CARDOSO, F. H. Caminhos novos? Reflexões sobre alguns desafios da globalização. **Política Externa**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CAVUSGIL, S. T. **Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- CERVO, A. L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.45, n. 1, p. 30, 2002.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3º ed. Brasília: Editora UnB, 2008.
- CORNETET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.5, n.24, p. 54-72, 2014.
- LAFER, C. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS**, São Paulo, n. 3, 1987.
- LAMPREIA, L. F. Agenda para a política externa no Governo Dilma. **Interesse Nacional**, São Paulo, n.13, 2011.
- \_\_\_\_\_. Seguir em Frente. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, ano, VII, n. 71, p. 01, 1999.
- \_\_\_\_\_. A política externa do Governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.41, n.2, 1998.
- LESSA, A. C. Parcerias estratégicas do Brasil: um balanço da era Lula (2003 - 2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.53, p. 115-131, 2010.
- LESSA, A. C.; COUTO, L. F.; FARIAS R. S. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, p. 89-109, 2009.
- LIMA, M. R. S. Tradição e inovação na política externa brasileira. **Plataforma Democrática**, Working Paper n. 3, 2010. Disponível em: [http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11679\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11679_Cached.pdf). Acesso em 22/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 22, n.2, 2000.

\_\_\_\_\_. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7-27, 1990.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, Minneapolis, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

NAKATAMI, P.; OLIVEIRA, F. A. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990 – 2007. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (org.). **O Brasil sob a nova ordem. A economia brasileira contemporânea. Uma análise dos governos Collor a Lula**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v.1, p. 21-50.

NETO, D. M. S. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: Legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, M. (Org.). **“Nunca antes na história desse país”...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, p. 100-115, 2011.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, K. T. L. L.; MATA, H. T. C.; CUNHA, R. C. Reflexões sobre o método e desenvolvimento do conceito de PIB verde como medida de desempenho econômico. 2011.

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO. Disponível em: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix\\_en/GT5-249-220-20110620221250.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT5-249-220-20110620221250.pdf). Acesso em 18/05/2015.

PINHEIRO, L. A. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RAMOS, L. C. S. Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 69-86, 2012.

SALLUM Jr., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo, v.11, p. 23-47, 1999.

SÁNCHEZ, A. M. G.; VILLANO, F. E. S. Demanda de importaciones en la región Pacífico colombiana: una perspectiva de largo plazo. **Entramado**, Cali, v. 10, n. 2, p. 24-43, 2014.

SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, 2014.

\_\_\_\_\_. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 3-21, 2013.

\_\_\_\_\_. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.50, n.2, 2007.

SILVA, A. B. O.; CONSIDERA, C. M.; VALADÃO, L.; MEDINA, M. **Produto interno bruto por unidade da Federação - metodologia e resultados, 1985-1992**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

SILVA, A. L. R. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 20-34, 2012.

\_\_\_\_\_. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano 47**, Brasília, vol. 11, n. 120, p. 18 a 24, 2010.

TUSSIE, D. Os imperativos do Brasil no desafiador espaço regional da América do Sul: uma visão da economia política internacional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 90, p. 243-270, 2013.

VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. Política econômica externa do Governo Dilma: dilemas e desafios. **Pontes - comércio e desenvolvimento sustentável**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 1-3, 2011.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.; CINTRA, R. A política externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p. 31-61, 2003.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

WILHELMY, M. **Política internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.

Recebido em: maio/2016

Aprovado em: setembro/2016